

“Escolas do futuro”: um espaço para práticas educativas inovadoras?

Patricia Amelia Martins Palharin
Martha Kaschny Borges

Patricia Amelia Martins Palharin

Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil

E-mail: ppalharin@uol.com.br

 <https://orcid.org/0009-0009-9768-0885>

Martha Kaschny Borges

Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil

E-mail: martha.borges@udesc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2420-0598>

Resumo

O modelo de unidade educativa denominado “Escola do Futuro” foi instituído pela Prefeitura de Florianópolis por meio do Decreto nº 20.763, de 7 de outubro de 2019. A criação dessas escolas suscitou os seguintes questionamentos: estariam elas organizadas de modo diferente para atender as demandas do mundo contemporâneo? De que forma seria desenvolvido o “projeto educacional inovador” anunciado no decreto municipal? Haveria uma nova organização dos tempos e espaços escolares, o que superaria, assim, o modelo tradicional instituído no século XIX e que continua sendo o modelo adotado pela maioria das escolas brasileiras? Tais perguntas direcionaram a escrita deste artigo - que é parte de uma pesquisa documental e de natureza qualitativa-, cujo objetivo é analisar de que forma o modelo de unidade educativa “Escolas do Futuro”, instituído pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, estimula a emergência de práticas educativas inovadoras. Para isso, realizamos a análise de documentos educacionais municipais e Projetos Político Pedagógicos (PPP) das quatro “Escolas do Futuro”, por meio do método da Análise de Conteúdo. Verificamos uma divergência na implementação das políticas educacionais que instituem esse modelo de escola, tendo em vista que duas escolas apresentam propostas alinhadas a essas políticas, enquanto outras duas não.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Palavras-chave: Práticas educativas inovadoras. Ensino fundamental. Políticas públicas em educação.

Recebido em: 07/10/2025

Aprovado em: 05/06/2026



 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e109196>

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

Abstract

Keywords:

Innovative educational practices. Elementary education. Public policies in education.

“Schools of the future”: a space for innovative educational practices?

The educational unit model known as the “School of the Future” was established by the Municipality of Florianópolis through Decree nº. 20,763 of October 7, 2019. The creation of these schools has raised the following questions: Are these schools organized in a different way to address the demands of the contemporary world? How will the “innovative educational project” set out in the municipal decree be developed? Would there be a new organization of school time and space, thus overcoming the traditional model established in the nineteenth century and still adopted by most Brazilian schools? These questions guided the article writing which is part of a documentary and qualitative research study. Its objective is to analyze how the educational unit model “Schools of the Future,” instituted by the Municipality of Florianópolis, fosters the innovative educational practices emergence. To this end, we analyzed municipal educational documents and the Pedagogical Political Projects (PPP) of the four “Schools of the Future,” employing Content Analysis as a methodological approach. Our findings reveal a divergence in educational policies implementation that established the “Schools of the Future,” given that two schools present proposals aligned with these policies, while the other two do not.

Resumen

Palabras clave:

Prácticas educativas innovadoras. Educación primaria. Políticas públicas en educación.

“Escuelas del futuro”: ¿un espacio para prácticas educativas innovadoras?

El modelo de unidad educativa denominado “Escuela del Futuro” fue instituido por la Municipalidad de Florianópolis mediante el Decreto nº 20.763, del 7 de octubre de 2019. La creación de estas escuelas nos suscitó los siguientes cuestionamientos: ¿estas escuelas estarían organizadas de un modo diferente para atender las demandas del mundo contemporáneo? ¿De qué manera se desarrollaría el “proyecto educativo innovador” anunciado en el decreto municipal? ¿Habrá una nueva organización de los tiempos y espacios escolares, superando así el modelo tradicional instituido en el siglo XIX y que la mayoría de las escuelas brasileñas continúa adoptando? Estas preguntas orientaron la elaboración de este artículo - que forma parte de una investigación documental de carácter cualitativo-, cuyo objetivo es analizar de qué forma el modelo de unidad educativa “Escuelas del Futuro”, instituido por la Municipalidad de Florianópolis, estimula el surgimiento de prácticas educativas innovadoras. Para ello, realizamos el análisis de documentos educativos municipales y de los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) de las cuatro “Escuelas del Futuro”, empleando el método de Análisis de Contenido. Verificamos una divergencia en la implementación de las políticas educativas que instituyen las “Escuelas del Futuro”, dado que dos escuelas presentan propuestas alineadas con dichas políticas, mientras que otras dos no.

Introdução

Uma nova forma de enxergar e trabalhar a Educação vai ganhando corpo em Florianópolis. Desde fevereiro deste ano, duas escolas-modelo devem qualificar ainda mais os estudantes da rede municipal de ensino. Isso porque a Escola do Futuro, que oferece o ensino quadrilingue — português, inglês, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Letramento Digital (ler, escrever e interpretar informações, códigos e sinais com dispositivos digitais) —, além de projetos como Clube de Esportes, Clube do Empreendedor e Clube de Ciências e Robótica, teve duas unidades inauguradas pela prefeitura: Ratones, no Norte da Ilha, e Tapera, no Sul da Ilha. (Redação ND, 2020, grifo nosso)¹

Em fevereiro de 2020, a Prefeitura Municipal de Florianópolis inaugurou as duas primeiras escolas do modelo de unidade educativa denominado “Escola do Futuro”. O trecho de reportagem que abre este artigo indica a expectativa criada em torno dessas escolas e nos convida a refletir sobre iniciativas voltadas à promoção de práticas educativas inovadoras, tais como as que estão sendo anunciadas na citada política pública educacional.

O modelo “Escola do Futuro” foi instituído pela Prefeitura de Florianópolis por meio do Decreto nº 20.763, de 7 de outubro de 2019 (Florianópolis, 2019a). De acordo com ele, “Escola do Futuro” é a denominação atribuída às unidades educativas de ensino fundamental destinadas a oferecer educação em tempo integral. Atualmente, Florianópolis conta com quatro Escolas do Futuro, localizadas nos bairros de Ponta das Canas, Tapera, Ratones e Canasvieiras. Nessas escolas, as aulas que seguem a proposta curricular da rede municipal de ensino, com acesso ao ensino de múltiplas linguagens, como Português, Inglês, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Letramento Digital.

Diante da criação das “Escolas do Futuro”, surgiram os seguintes questionamentos: estariam essas escolas organizadas de modo diferente para atender as demandas do mundo contemporâneo? De que forma seria desenvolvido o “projeto educacional inovador” anunciado no decreto municipal? Haveria uma nova organização dos tempos e espaços escolares, o que superaria, assim, o modelo tradicional instituído no século XIX e que continua sendo o modelo adotado pela maioria das escolas brasileiras? Essas são algumas perguntas que nos motivaram a realizar a pesquisa que apresentamos a seguir.

¹ A matéria jornalística completa está disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/com-escolas-do-futuro-florianopolis-vira-referencia-nacional-na-educacao>. Acesso em 13 out. 2023.

Inovação no contexto escolar

Na sociedade contemporânea, o uso cada vez mais disseminado de tecnologias digitais² tem afetado o cotidiano das pessoas de diferentes maneiras e provocado mudanças em práticas sociais, econômicas, políticas e culturais, e de modo particular, na educação escolar. Nesse contexto, docentes, profissionais que atuam na gestão escolar, assim como legisladores encontram-se tensionados a pensar e a construir uma educação escolar conectada aos desafios que emergiram após a nossa imersão na Cultura Digital (Borges, 2007).

A crescente preocupação em oferecer a jovens e a crianças uma formação capaz de prepará-los para atuarem de maneira autônoma, responsável e crítica em uma sociedade constantemente transformada pelo ritmo acelerado das inovações tecnológicas está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento assinala a necessidade de os sistemas educacionais incorporarem as novas linguagens instituídas pelo desenvolvimento da cultura digital, a fim de educar as crianças e jovens para que possam usá-las de modo consciente, indicando os benefícios para a comunicação que as tecnologias digitais proporcionam, mas também alertando para as manipulações das informações disponibilizadas nas mídias digitais. Por outro lado, também se enfatiza o potencial de comunicação das tecnologias digitais e suas contribuições para a promoção de práticas educativas inovadoras.

A BNCC destaca que o novo cenário mundial, marcado pelo uso de tecnologias digitais, requer que se tenha “[...] um olhar inovador e inclusivo para questões centrais do processo educativo: como o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado” (Brasil, 2018, p. 14). Vale lembrar que o discurso sobre inovação passou a ganhar espaço no contexto educacional, de acordo com Pischetola e Miranda (2021), quando começou a se buscar soluções para escola pensando em uma “formação para o século XXI”, considerando-se que havia um descompasso entre a escola e as práticas possibilitadas pelas tecnologias digitais e pela internet.

O conceito de inovação foi desenvolvido por Joseph A. Schumpeter, na obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, de 1912, na qual explica como a inovação está no centro da dinâmica capitalista, sendo considerada o impulso fundamental do processo econômico (Pischetola; Miranda, 2021). No campo da educação, esse conceito começou a ganhar visibilidade após a sua utilização pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o qual também, na maioria

² Entendemos por “Tecnologia Digital” o conjunto de tecnologias que permite a transformação de qualquer linguagem ou dado em números. Neste artigo utilizaremos principalmente o termo “Tecnologias Digitais” (TD) por entendê-lo como um termo mais amplo. Utilizaremos o termo “Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação” (TDIC) para contextos mais específicos ou em caso de citações, a fim de manter a nomenclatura utilizada pelos autores.

das vezes, aparece associado à adoção das tecnologias na escola apenas pelo viés tecnicista, que dá ênfase apenas aos aspectos materiais e ferramentais das tecnologias (Pischetola; Miranda, 2021).

Pischetola e Miranda (2021, p. 48) alertam para o fato de que ao ser transportado para o campo da educação um conceito procedente do campo da economia, corre-se o risco de que esse conceito venha “[...] impregnado de princípios pautados apenas na busca pelo desenvolvimento econômico, no qual se procura transformar a escola enfatizando as inovações tecnológicas antes de se propor novas interações entre seus integrantes”.

Outro aspecto que nos parece válido considerar é a forte pressão e ingerência do sistema produtivo (empresas nacionais e transnacionais) sobre o sistema educacional brasileiro. Segundo Pretto e Bonilla (2022), grupos empresariais, por meio das fundações ou dos movimentos que eles mesmos criam, conseguem atuar de forma muito intensa nas definições das políticas educacionais ao aprovarem suas pautas nas diretrizes e nos marcos legais, tais como a BNCC, as Diretrizes de Formação de Professores e o Programa de Inovação Conectada³ (Pretto; Bonilla, 2022). Os autores também advertem para a necessidade de o Programa de Inovação Conectada, assim como outras políticas educacionais, estar sob a responsabilidade dos poderes públicos (a nível federal, estadual ou municipal) ou diretamente das escolas, e não de grupos empresariais. Eles salientam o fato de empresas privadas estarem atuando inclusive na produção de conteúdos e na oferta de plataformas que organizam as aulas, o que pode contribuir para afastar o currículo das demandas concretas e específicas dos estudantes, assim como afetar o papel autoral e propositivo dos professores na condução do processo pedagógico.

Ao refletir sobre as perspectivas sobre a inovação no processo de ensino-aprendizagem, Pischetola e Miranda (2021) explicam que o discurso da inovação atrelada às tecnologias digitais se fortaleceu com o advento das metodologias ativas no campo da educação. As metodologias ativas baseiam-se em estudos da psicologia cognitiva, que desde a década de 1960 consolidou-se como uma “[...] corrente de que valoriza a autonomia do aluno, sua auto-determinação na construção de conhecimento e a consequente necessidade de se reavaliar e rever as práticas pedagógicas tradicionais, para ir ao encontro dos diferentes estilos de aprendizagem” (Pischetola; Miranda, 2021, p. 65). Com essa metodologia, a sala de aula passou a ser um lugar de descoberta, em que o professor guia, media e facilita o processo de aprendizagem, mas a responsabilidade desse processo fica com o estudante.

³ O Programa Inovação Conectada foi instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, com os objetivos de “[...] apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (Brasil, 2017).

Pischetola e Miranda (2021), entretanto, chamam a atenção para as consequências de se colocar o estudante na centralidade do processo de ensino-aprendizagem. Para as autoras, com a destituição do professor do “centro” do processo de ensino-aprendizagem, o foco recai todo na aprendizagem, o que atribui ao ensino um papel menor. Assim, corre-se o risco de substituir um método instrutivo que subestima o papel ativo do estudante na aprendizagem, por um método que subestima a agência do professor e, conseqüentemente, do ensino, ao colocar no estudante total responsabilidade no processo de aquisição do conhecimento (Pischetola; Miranda, 2021).

Para Pischetola e Miranda (2021, p. 95) “[...] não basta deslocá-los, professor e aluno, para alcançarmos a necessária mudança amplamente pregada pelos métodos inovadores”. As autoras defendem uma “virada epistemológica na educação, [que] ocorrerá com a adoção de uma perspectiva de aprendizagem reticular⁴, e conseqüentemente sem centro, que permita o acesso e a troca de todas as informações a todos os pontos conectados: alunos, professores, conteúdo, métodos, contexto, ambiente” (Pischetola; Miranda, 2021, p.97). As autoras explicam que mudar do modelo instrutivo (centrado no professor) para o modelo construtivista (centrado no estudante) não resulta em mudança no principal elemento para a educação contemporânea: a visão epistemológica que os fundamenta. Nesse sentido, para a realização de práticas educativas inovadoras seria necessário, portanto, a superação do modelo tradicional de educação (baseado no princípio da transmissão de conhecimentos – professor: ensina; estudante: aprende) e a valorização de modelos educacionais fundamentados em uma perspectiva reticular, cuja ideia de uma arquitetura informativa em formato de rede possibilita que todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem tenham o mesmo poder comunicativo (Pischetola; Miranda, 2021).

De acordo com as proposições dos autores e autoras citados, entendemos que promover práticas educativas inovadoras em um cenário marcado pelo uso de tecnologias digitais significa desenvolver ações que aproveitem o potencial comunicativo das TDIC, para instituir novos modos de ensino-aprendizagem, que estimulem a interação e o compartilhamento de conhecimentos entre professores e estudantes, a fim de construir, assim, ambientes coletivos de aprendizagem.

Nesse sentido, para pensar novos caminhos para a educação escolar, realizamos o estudo que apresentamos neste artigo, cujo objetivo é analisar de que forma o modelo de unidade educativa “Escolas do Futuro”, instituído pela Prefeitura Municipal de Florianópolis a partir do Decreto nº 20.763, de 7 de outubro de 2019, estimula a emergência de práticas educativas inovadoras.

⁴ A perspectiva reticular é abordada por Massimo Di Felice no artigo “Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social”, publicado em 2012. Amparado no pensamento de Gregory Bateson, Humberto Maturana e Francisco Varela, entre outros, Di Felice formulou a ideia de que uma arquitetura informativa reticular é o que possibilita a todos os integrantes de uma rede se comunicarem de modo horizontalizado, dando-lhes o mesmo poder de divulgação e participação (Pischetola; Miranda, 2021).

Seguindo os rastros da inovação: caminhos da análise documental

Refletir sobre o processo de inovação na educação escolar na contemporaneidade é um exercício que envolve uma série de fatores. Implica considerar a formação (inicial e continuada) de docentes e demais profissionais que atuam no campo educacional, a estrutura física das escolas, o currículo, assim como implica discutir a legislação responsável por direcionar as práticas educativas desenvolvidas nos ambientes escolares. Sendo assim, partindo do pressuposto de que as políticas públicas direcionam o modo de atuação de cada um desses fatores, consideramos relevante a investigação sobre esse aspecto em particular.

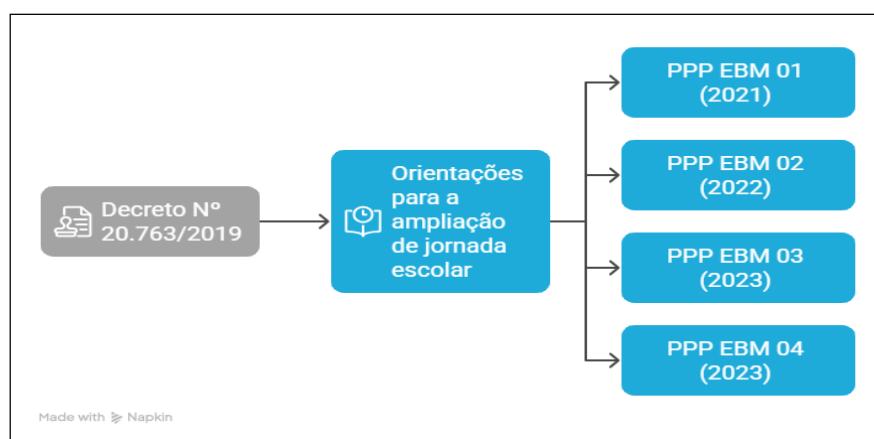
Neste artigo, apresentamos um recorte de uma pesquisa de natureza documental. A opção pela análise de documentos educacionais oficiais justifica-se “[...] por serem eles que interferem nas estruturas sociais em que a escola se instala, nas práticas sociais que ela organiza e nos eventos sociais por ela ativados” (Lima, 2010, p. 118). Logo, consideramos que tal escolha nos permite conhecer uma das dimensões do contexto pesquisado.

Para a análise dos documentos, recorremos ao método da Análise de Conteúdo (Bardin, 1995), cujos procedimentos metodológicos apresentamos na sequência.

Seleção dos documentos

A seleção do *corpus* documental da pesquisa obedeceu os critérios estabelecidos por Bardin (1995), a saber: Exaustividade; Representatividade; Homogeneidade e Pertinência. Diante disso, e tendo em mente o objetivo desta pesquisa, selecionamos os seguintes documentos educacionais:

Figura 1 – Documentos Analisados



Fonte: Elaborada pelas autoras com o uso da ferramenta napkin.ai⁵.

⁵ Disponível em: <https://www.napkin.ai/>.

Alguns desses documentos estavam disponíveis *online* (Decreto nº 20.763/2019 e o PPP EBM 4). Os demais PPP foram solicitados às escolas por *e-mail* ou pelo aplicativo WhatsApp. O documento intitulado “Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral/ Escolas do Futuro/2022” foi adicionado ao *corpus* da pesquisa depois de uma conversa informal com a diretora de uma das escolas. Os PPP foram obtidos entre os meses de março e maio de 2023. Embora tenham datas de publicação diferentes, esses são os PPP que estavam vigentes no ano letivo de 2023.

Organização da Análise de Documentos

O processo de análise desenvolvido nesta pesquisa seguiu os passos propostos por Bardin (1995). Iniciou com a “leitura flutuante” dos documentos, seguida da “exploração do Material”, na qual aconteceu a “codificação”, ou seja, a transformação dos dados brutos do texto em uma representação do conteúdo. A partir daí, nos concentramos em observar duas das “regras de enumeração”: 1. presença ou ausência de elementos de significação e 2. pela frequência da aparição de um registro.

Os dados que emergiram da leitura minuciosa dos textos foram registrados em um quadro, no qual organizamos as informações de maior relevância para a pesquisa. Após, iniciamos o “tratamento dos resultados”, etapa que envolve a criação de categorias – que nesta pesquisa foram criadas *a posteriori*.

Quadro 1 – Elaboração de Categorias

Temas	Categorias
Escolas de tempo Integral, Educação (formação) Integral	Educação (em tempo) Integral
Cultura Digital; Tecnologias Digitais / TDIC; Tecnologia(s); Letramento Digital; Multiletramentos; Educação para as mídias/ Mídia-Educação/ Educomunicação; Novos Letramentos; Maker; Cidadania Digital; Ensino híbrido; Robótica.	Práticas Educativas com e sobre as Tecnologias Digitais
Projeto educacional inovador; Inovação(ções)/Inovar	Práticas Educativas Inovadoras

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As três categorias criadas a partir da leitura dos documentos apontam para três eixos temáticos, no entanto, focaremos na análise da categoria “Práticas Educativas Inovadoras”, que está diretamente relacionada ao objetivo deste artigo e que contempla termos correlatos, tais como projeto educacional inovador, inovação, inovações, inovar etc.

Descrição dos documentos

Decreto nº 20.763/2019

Esse documento, assinado em outubro de 2019, possui 3 páginas e é composto por 7 artigos e institui na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis o modelo de unidade educativa denominado “Escola do Futuro”.

Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro

Documento com 25 páginas, elaborado pela Diretoria de Educação Fundamental, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, cujo objetivo é “[...] subsidiar e fomentar práticas curriculares voltadas à consolidação de uma proposta de educação integral no âmbito das unidades educativas de ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis” (Florianópolis, 2022a, p. 2).

Projetos Político-Pedagógico (PPP) das Escolas do Futuro de Florianópolis

Segundo a Resolução nº 01/2019⁶, os PPP são documentos que “[...] revelam a autonomia e a autoria da respectiva Unidade Educativa no que se refere à constituição de sua identidade e de sua organização do trabalho pedagógico” (Florianópolis, 2019b). Esses documentos têm como pressupostos os referenciais teóricos que explicitam a concepção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica das comunidades às quais se destina, respeitando os princípios vigentes na legislação educacional voltados à educação básica, em âmbito nacional (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Resoluções, Pareceres e Diretrizes do Conselho Nacional de Educação), assim como a legislação em âmbito municipal (Diretrizes, Resoluções e Orientações Curriculares direcionadas à Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e resoluções do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis) (Florianópolis, 2019b).

A estrutura dos PPP segue o padrão fixado pela Resolução nº 01/2019, que determina, em seu art. 5º, os elementos constitutivos desses documentos. Vale registrar que, além dos elementos supracitados, as escolas EBM 3 e EBM 4 incluíram em seus PPP uma seção destinada a apresentar o Regimento Interno da Unidade Educativa⁷.

⁶ Resolução nº 01/2019 – Fixa normas e diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e Regimento das Instituições de Educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis (Florianópolis, 2019b)

⁷ Regimento Interno é o “[...] documento que estrutura, define, regula e normatiza as ações do coletivo educativo, sendo a instituição educativa um espaço em que as relações e interações sociais, com suas especificidades, se concretizam” (Florianópolis, 2019b).

Informações complementares sobre o processo de pesquisa

Durante a leitura dos PPP das Escolas do Futuro, constatamos algumas especificidades que consideramos relevantes para esta pesquisa. A EBM 4 é uma escola nova, que desde o início de sua construção, em 2018, foi concebida com uma proposta de ensino diferenciado, inovador, em tempo integral e de múltiplas linguagens. Já as escolas EBM 3 e EBM 2, apesar de estarem localizadas em prédios recentemente construídos, e inaugurados, respectivamente, em fevereiro de 2020 e março de 2021, apresentam projetos pedagógicos que são continuidade de anos anteriores, e que testemunham um longo processo de construção do fazer pedagógico e de constituição da escola. Tal particularidade também é observada na EBM 1, a única diferença é que essa escola, desde 2019 até o início de 2021, passou por uma reforma geral da estrutura física, que alterou significativamente seus espaços, sobretudo por causa da construção de um prédio novo, finalizado em março de 2021.

Com essas informações, finalizamos a etapa de descrição do *corpus* documental da pesquisa, na qual nos ocupamos de destacar suas principais características, e nos encaminhamos para a terceira e última etapa deste processo, a análise dos dados.

Práticas educativas inovadoras desveladas pela análise documental

Após a criação das categorias, realizamos o processo de inferência, que, segundo Bardin (1995, p. 39), é a “[...] operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”. Por uma questão de organização, consideramos importante proceder à análise dos documentos, separando-os em dois blocos: a) documentos educacionais (Decreto nº 20.763/2019 e Orientações para as Escolas do Futuro); e b) Projetos Político-Pedagógico das Escolas do Futuro de Florianópolis.

Análise dos Documentos Educacionais – Decreto nº 20.763/2019 e Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escolas do Futuro

Decreto nº 20.763/2019

Começamos nossa análise pelo inciso 1º do art. 1º:

§ 1º As Escolas do Futuro são em tempo integral e múltiplas linguagens (Língua Portuguesa, Inglês, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e **Letramento Digital**) tendo por objetivo propiciar a formação de indivíduos autônomos, críticos, com enfoque na **formação humana integral e que tenha a emancipação como meta** (Florianópolis, 2019a, Art. 1º § 1º, grifo nosso).

O decreto institui na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis o modelo de Unidade Educativa denominado Escola do Futuro, que são escolas em tempo integral. No entanto, considerando que escolas que oferecem educação em tempo integral já eram uma realidade na rede

de ensino desse município antes da assinatura do decreto – 7 de outubro de 2019⁸ –, pode-se inferir que com o novo documento a prefeitura de Florianópolis visa desenvolver nessas escolas um projeto educacional com práticas educativas diferenciadas, como aponta o art. 1º, § 3º: “As Escolas do Futuro desenvolverão um **projeto educacional inovador na perspectiva de um ensino híbrido com uso de metodologias ativas** para o desenvolvimento das aprendizagens” (Florianópolis, 2019a, grifo nosso).

Ainda nesse texto, foi possível constatar uma perspectiva que sugere que a implantação um “projeto educacional inovador” está atrelada ao trabalho com as tecnologias digitais, uma vez que o decreto estabelece que o projeto educacional desenvolvido nas Escolas do Futuro será realizado utilizando “metodologias ativas” que empregam o “ensino híbrido”, por meio do qual pretende promover, entre outras aprendizagens, o “letramento digital”.

Metodologias ativas, segundo Valente (2018, p. 80), “[...] constituem alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por descoberta, investigação ou resolução de problemas”. A proposta de um ensino menos centrado no professor, no entanto, não é nova. Segundo o autor, “[...] no início do século passado, John Dewey⁹ concebeu e colocou em prática a educação baseada no processo ativo de busca do conhecimento pelo estudante, que deveria exercer sua liberdade” (Valente, 2018, p. 80).

Bacich e Moran (2018) defendem que a integração de metodologias ativas nos processos de ensino-aprendizagem “[...] cria condições adequadas para a construção de conhecimentos e, conseqüentemente, amplia as possibilidades de desenvolvimento de habilidades e competências para que os sujeitos possam interpretar e analisar criticamente a realidade concreta em que se inserem”. Moran (2018) reconhece que a aprendizagem por meio da transmissão (aula expositiva) é importante, mas destaca que a aprendizagem por questionamento e experimentação (a partir de perguntas, pesquisas, atividades, projetos) é mais relevante para uma compreensão mais ampla e profunda. De acordo com o autor, “[...] aprendemos o que nos interessa, o que encontra ressonância, íntima, o que está próximo do estágio de desenvolvimento em que nos encontramos” (Moran, 2018, p. 38).

⁸ Conforme publicação de 14/3/2019, no *site* da prefeitura, “a ampliação da Jornada Escolar em Tempo Integral beneficia na rede municipal de ensino de Florianópolis mais de 2 mil estudantes. (...) Participam do programa de educação integral as escolas Acácio Garibaldi São Thiago, Adotiva Liberato Valentim, Albertina Madalena Dias, Anísio Teixeira, Batista Pereira, Brigadeiro Eduardo Gomes, Dilma Lúcia dos Santos, Donícia Maria da Costa, Henrique Veras, Herondina Medeiros Zeferino, Intendente Aricomedes da Silva, José Amaro Cordeiro, Luiz Cândido da Silva, Virgílio dos Reis Várzea, José Jacinto Cardoso e Osvaldo Galupo”. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=20540>. Acesso em 09 maio 2024.

⁹ John Dewey (1859-1952) foi um pedagogo e filósofo estadunidense que exerceu grande influência no movimento de renovação da educação em várias partes do mundo. No Brasil, inspirou o movimento da Escola Nova, baseado na experimentação e na verificação (John Dewey, 2021).

No cenário contemporâneo, de acordo com Pischetola e Miranda (2021), as metodologias ativas estão cada vez mais atreladas ao uso de tecnologias digitais, por isso foi introduzido recentemente o conceito de ensino híbrido, que alguns autores incluem na lista das metodologias ativas¹⁰, “[...] mas que, de fato, é uma modalidade transversal a todas elas, tratando-se da possibilidade de desenvolver uma parte da didática com o uso de TIC, tornando semipresenciais os cursos presenciais” (Pischetola; Miranda, 2021, p. 68). As autoras explicam que no ensino híbrido utiliza-se as tecnologias digitais como um suporte ao aprendizado do estudante, a fim de promover a elaboração e absorção de conteúdos de forma autônoma.

A respeito da ideia de considerar as metodologias ativas uma inovação na educação, Pischetola e Miranda (2021, p. 69), em diálogo com Christensen, Horn e Johnson. (2008)¹¹, afirmam que “[...] a inovação do ensino híbrido é considerada ‘disruptiva’ pois apresenta elementos de ruptura com o formato tradicional da sala de aula e utiliza-se da mobilidade das TIC para dinamizar as aulas”.

Como foi possível observar até aqui, o decreto que institui as Escolas do Futuro relaciona a inovação nos processos educativos ao trabalho com as tecnologias digitais, ainda que isso seja exposto de forma indireta, haja visto o foco do documento ser a implementação de escolas com jornada de tempo integral.

Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro

O documento intitulado “Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro” tem como objetivo implementar uma proposta de educação integral em escolas de ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Na página 3 do documento, se aponta que um dos desafios desse projeto é a superação do modelo de trabalho docente cujas aulas se limitam apenas às especificidades dos seus respectivos componentes curriculares – sem levar em conta a transversalidade curricular. Sugere-se, como forma de superar tal desafio, que sejam feitas mudanças e adotadas novas metodologias:

[...] impõe-se o desafio de se **redesenhar o currículo, articulando e assegurando o direito às ciências, às tecnologias, aos valores, ao universo simbólico, às expressões artísticas, aos ritmos, às vivências, às emoções, às memórias e às identidades das diversas culturas.** Isso pressupõe mais tempo e compromisso dos profissionais no interior das unidades educativas de ensino fundamental. Nessa lógica, propor projetos intra ou extracurriculares que possibilitem o conhecimento aprofundado da realidade - sobretudo das determinantes sociais, econômicas, políticas e culturais que provocam a exclusão, tanto quanto as lutas e resistências pelo direito a um viver justo e digno - tem se revelado uma possibilidade promissora de formação cidadã (Florianópolis, 2022a, p. 3, grifo nosso).

¹⁰ Dentre as metodologias ativas mais conhecidas atualmente no Brasil estão: “(1) aprendizagem baseada em problemas; (2) metodologia de projeto; (3) estudo de caso; (4) role-play, (5) aula invertida; (6) design thinking, (7) ensino híbrido” (Pischetola; Miranda, 2021, p. 66).

¹¹ Texto utilizado por Pischetola e Miranda (2021) CHRISTENSEN, C.M.; HORN, M.; JOHNSON, C.W. *Disrupting Class: How Disruptive Innovation Will Change the Way the Word Learns*. New York: McGraw Hill, 2008.

A categoria “Práticas Educativas Inovadoras” está presente no excerto anterior e em outras partes do documento, e em algumas circunstâncias, o documento faz referência às inovações tecnológicas presentes na sociedade contemporânea, mas na maioria das vezes o termo “inovação” está associado à necessidade de mudança nos processos educativos, como no trecho a seguir:

[...] a escola é um espaço de crítica cultural, de pesquisa e de atuação formativa para a vida, atenta às mudanças que vêm se processando na sociedade, inclusive aos avanços tecnológicos e inovadores que demarcam nossa época. Sob esse prisma, **a inovação desponta como elemento importante, o que demanda mudanças de pensamento, de comportamentos e de valores de todos aqueles que se dedicam à educação**, tendo como horizonte a construção e o fortalecimento de uma sociedade mais justa, democrática e humanizadora (Florianópolis, 2022a, p. 4, grifo nosso).

Chama atenção o fato de que nesse documento a inovação não está relacionada às “metodologias ativas”, mas sim às “metodologias inclusivas”:

A reorganização das atividades pedagógicas integradoras ofertadas aos estudantes que frequentam o projeto de Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral/Escola do Futuro, configuram-se como **metodologias** e estratégias que visam à formação coletiva dos estudantes e **têm a premissa teórica de que o processo de ensinar e aprender não se limita à ideia de transferência de conhecimento**. Pelo contrário, o que está em questão é a ideia de possibilitar momentos de pesquisa, produção, construção e socialização de conhecimentos, em que a problematização é um aspecto primordial. Na perspectiva das **metodologias inclusivas**, as atividades pedagógicas integradoras **possibilitam que estudantes e professores sejam autores e coautores de redes de aprendizagem**. Nessa metodologia, as atividades pedagógicas integradoras **preveem momentos de interação e partilha de saberes e conhecimentos numa dinâmica mais horizontal de relações e interações**, uma vez que o diálogo é um componente estruturante desta modalidade de trabalho. Portanto, **o ato educativo é concebido como um ato comunicativo em que sentidos e significados são produzidos e compartilhados, promovendo a compreensão da realidade humana em suas múltiplas dimensões sociais** (Florianópolis, 2022a, p. 12-13, grifo nosso).

Ao analisar a definição de “metodologia inclusiva” apresentada na citação anterior, notamos uma semelhança com os propósitos apresentados por Pischetola e Miranda (2021), que entendem por práticas educativas inovadoras aquelas práticas desenvolvidas a partir de uma perspectiva “relacional”, ou seja, que valorizam os conhecimentos produzidos nas relações e na interação dos participantes do processo educativo. Conforme podemos verificar no texto, o que o documento propõe é que se desenvolvam práticas educativas cujo protagonismo esteja na comunicação estabelecida entre professores e estudantes. Dessa forma, ao estimular novas formas de interações entre os integrantes do processo de ensino-aprendizagem que criem uma dinâmica mais horizontal com relação à produção do conhecimento, o documento busca superar a lógica de hierarquia naturalizada no modelo de educação implantado no século XVIII, no qual professores, ocupando o lugar do saber, ensinam os conteúdos aos estudantes, que, por sua vez, tomam o lugar do não saber (Pischetola; Miranda, 2021).

Diante disso, entendemos que as “Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em

Tempo Integral e Escolas do Futuro” denotam um estímulo para que processos educativos inovadores possam ser desenvolvidos, tal como defendem Pischetola e Miranda (2021), uma vez que o documento concebe o “ato educativo” como um “ato comunicativo”.

Análise dos PPP

PPP EBM 1

No PPP da EBM 1 localizamos alusão à inovação na parte do documento que apresenta a “Sala Informatizada (SI)”, a qual é definida como “[...] uma sala de aula diferente, com diferentes mídias e tecnologias, desde o quadro branco até o projetor multimídia” e cuja “[...] **diversidade contribui para que possamos planejar aulas diferentes**, com o objetivo de promover a construção coletiva e partilhada do conhecimento entre educadores e educandos” (PPP EBM 1, 2021, p. 40, grifo nosso). Notamos, aqui, que o ato de “planejar aulas diferentes” – ou, em outras palavras, a inovação no processo de ensino-aprendizagem – está atrelado à incorporação de novas tecnologias às práticas educativas. No entanto, é válido lembrar que, mesmo com salas de aula em que o professor substitui o quadro negro por telas interativas e em que os estudantes troquem seus cadernos por tablets, o processo educativo continua o mesmo, pois o professor ainda ocupa uma posição de detentor do saber (Pischetola; Miranda, 2021).

PPP EBM 2

No PPP da EBM 2 a única menção ao termo inovação foi localizada na página 22, nas diretrizes do PPP, em que se afirma o compromisso IV de “[...] estimular as inovações tanto no campo de práticas de ensino quanto no desenvolvimento de projetos” (PPP EBM 2, 2022, p. 22). No entanto, nos chamou atenção um outro trecho do documento:

Os trabalhos realizados na Sala Informatizada procuram abranger todas as turmas da escola, dando oportunidade, através: -Do trabalho em aulas expositivas, dialogadas, com o auxílio de imagens e sons.-Dos trabalhos a serem propostos e executados utilizando-se programas para elaboração de textos, apresentações eletrônicas, construção de planilhas, tabelas e gráficos, jogos educativos, entre outros.-De planejamentos de pesquisa para conhecimento e aprofundamento de determinados assuntos, podendo ser a pesquisa individual ou em grupo.-Da construção de algum produto final de um determinado projeto (elaboração de livros, folders, CDs, vídeos, criação de blogs etc.). As atividades e projetos que acontecem na escola são divulgados periodicamente no blog da escola (PPP EBM 2, 2022, p. 33).

Ao afirmar que os trabalhos realizados na Sala Informatizada auxiliam os processos educacionais das aulas expositivas, dialogadas, oportunizando aos estudantes a utilização de programas para elaboração de textos, apresentações eletrônicas, construção de planilhas, tabelas e gráficos, jogos educativos, percebemos que as tecnologias digitais (e mais especificamente o computador) são vistas como “máquinas pedagógicas” (Bonilla; Pretto, 2015). Por outro lado, também observamos a exploração dos potenciais comunicativos dessas tecnologias digitais, quando

as mesmas são utilizadas para a construção de algum produto final de um determinado projeto (elaboração de livros, folders, CDs, vídeos, criação de blogs etc.), que posteriormente serão divulgados no blog da escola. Nesse sentido, podemos afirmar que as tecnologias digitais estão sendo transformadas em “máquinas comunicativas” (Bonilla; Pretto, 2015).

De acordo com Bonilla e Pretto (2015), transformar as tecnologias digitais de “máquinas pedagógicas” (ferramentas auxiliares no processo educativo) em “máquinas comunicativas” é um desafio conceitual que precisa ser enfrentado pelas políticas públicas que visam a inserção das tecnologias digitais na escola. Segundo os autores, as políticas públicas de uso das tecnologias na educação, de uma maneira geral, para justificar o grande investimento feito, buscam transformá-las em uma “[...] máquina pedagógica em vez de máquina de comunicação e de produção de sentidos, sua principal característica e função” (Bonilla; Pretto, 2015, p. 510).

PPP EBM 3

O PPP da EBM 3 mostra mais aderência ao modelo “Escola do Futuro” instituído pelo Decreto nº 20.763/2019 do que os dois PPP analisados anteriormente. Isso fica evidente ao observarmos, ao longo do documento, vários termos empregados no referido decreto, e também se comprova em seu “Plano de Trabalho” (PPP EBM 3, 2023, p. 92), no qual consta a informação de que as propostas para as Oficinas Extracurriculares – oferecidas aos estudantes do turno regular (a partir do 4º ano) – têm como referência os eixos contidos nas “Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral/ Escolas do Futuro/2022”.

Com relação à categoria de análise “práticas educativas inovadoras”, destacamos o texto do capítulo “Composição Curricular”:

[...] desenvolve suas atividades dentro do espectro da comunicação em múltiplas linguagens (Português, Inglês, Libras e **linguagem tecnológica**), ampliando temas como Educomunicação, ambiente e sustentabilidade, expressão corporal, arte e ciência. Trata-se de um **projeto educacional inovador**, na perspectiva de um **ensino híbrido** com uso de **metodologias ativas*** para o desenvolvimento das aprendizagens, contando ainda com o **ensino integral** (PPP EBM 3, 2023, p. 24, grifo nosso).

Vale mencionar, no entanto, que em uma nota de rodapé é apresentada uma ressalva quanto à sua aproximação com as “metodologias ativas”:

Temos ciência de que as metodologias ativas fazem parte do que Duarte (2011) nomeia “pedagogias do aprender a aprender”¹², as quais se ancoram filosoficamente em perspectiva

¹² Newton Duarte critica as metodologias ativas, baseado na sua avaliação de que “[...] o núcleo definidor do lema aprender a aprender reside na desvalorização da transmissão do saber objetivo, na diluição do papel da escola em transmitir esse saber, na descaracterização do papel do professor como alguém que detém um saber transmitido os seus alunos, na própria negação do ato de ensinar” (Duarte, 2006, p. 8).

distinta daquela que sustenta este PPP, que é, por sua vez, fundamentado na pedagogia histórico-crítica¹³. Ainda assim, mantemos tal aproximação, a fim de aderir ao projeto Escola do Futuro, sem com isso perder de vista a fundamentação inerente à perspectiva histórico-crítica. Assume-se, portanto, a diversidade metodológica implicada na prática pedagógica elaborada a diversas mãos (PPP EBM 3, 2023, p. 24).

O posicionamento da escola frente à utilização de metodologias ativas nos revela um aspecto que consideramos merecer ser discutido ao se analisar a inserção da Cultura Digital nas práticas educativas escolares, pois nos parece válido refletir sobre até que ponto a oposição à perspectiva teórica que fundamenta as metodologias ativas poderia configurar um entrave a esse processo. No entanto, essa discussão, que envolve as possíveis divergências e/ou convergências entre as metodologias ativas e a Pedagogia Histórico-Crítica, exigiria de nós um aprofundamento teórico que foge ao curto espaço deste artigo.

Para Pischetola e Miranda (2019, p. 31), as metodologias ativas pressupõem a revisão “[...] dos papéis de ensino e aprendizagem instaurados pelo modelo de escola tradicional e de considerar o aluno como sujeito ativo, autor da sua própria aprendizagem”. As autoras reconhecem o amplo potencial dessas propostas, no entanto, alertam que, “[...] quando amparadas em um discurso acrítico, as metodologias ativas podem abrir caminhos para novos tecnicismos e configurar-se apenas como um modismo” (Pischetola; Miranda, 2019, p. 30). Nesse sentido, as autoras destacam a necessidade de a educação escolar retirar a sua atenção exclusiva nos indivíduos (professor e estudante) para voltar-se aos grupos sociais e culturais, ao resgate do corpo na construção do conhecimento, aos processos de interação e de aprendizagem reticular e à influência do contexto nessa criação. Ademais, elas ressaltam a importância do docente nesse processo e apontam para a necessidade de se desenvolver cada vez mais o seu papel de mediação pedagógica, sobretudo agora, quando vivemos em uma sociedade complexa que precisa de letramentos e habilidades diversificadas e nesse cenário “[...] sem mediação pedagógica, desperdiçam-se as possibilidades que as TIC poderiam trazer para a sala de aula, quando entendidas como elementos culturais” (Pischetola; Miranda, 2021, p. 97).

PPP EBM 4

Diferentemente das outras três “Escolas do Futuro”, a EBM 4 foi construída para ser uma escola com uma proposta de ensino inovadora, como é informado no histórico da escola: “[...] em 2018, iniciou-se a construção da Escola do Futuro, uma escola com uma proposta de ensino diferenciada, inovadora, em tempo integral e de múltiplas linguagens” (PPP EBM 4, 2023, p. 5). Ao ler essa frase, podemos supor que foi o projeto de construção da EBM 4 que deu origem ao modelo

¹³ A Pedagogia Histórico-Crítica tem como principal expoente o professor Dermeval Saviani. Nessa Teoria da Educação o conhecimento é visto como um instrumento de luta e de emancipação da classe trabalhadora, por isso defende-se que a escola deve ensinar os conteúdos clássicos, ou seja, os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, cuja validade extrapola o momento em que foram propostos.

de unidade educativa que a Prefeitura de Florianópolis denominou “Escola do Futuro” e que posteriormente foi expandido às outras três escolas que passavam por reformas significativas em seus espaços físicos.

De acordo com este PPP, que “[...] foi construído e pensado a partir de leituras sobre **concepções pedagógicas inovadoras**” (PPP EBM 4, 2023, p. 4, grifo nosso), o objetivo é “[...] dar orientação ao trabalho pedagógico através de uma metodologia ativa e linguagem tecnológica”, estabelecendo, assim, “[...] condições de realizar um trabalho fundamentado num **projeto emancipatório e inovador**, onde é possível desenvolver o pensamento crítico e autônomo como possibilidade do exercício da democracia no espaço público” (PPP EBM 4, 2023, p. 4, grifo nosso).

Nesse documento, a inovação encontra-se atrelada ao trabalho com as tecnologias digitais e é pensada em um espaço de educação (em tempo) integral:

A Escola do Futuro desenvolve um **projeto educacional inovador** na perspectiva de um currículo STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics), metodologias ativas, ensino híbrido e aprendizagem baseada em projetos, através da **educação em tempo integral**. A visão é que os estudantes tenham a oportunidade de viver uma escola que permita desenvolver-se em um ambiente que cultive suas capacidades, singularidades, **integre a Educação à tecnologia**, contribuindo para o desenvolvimento de todas as suas dimensões. A metodologia está voltada a um modelo de ensino integrado, em que a criatividade e a pesquisa são os principais estímulos. A atividade de pesquisa é introduzida de forma interdisciplinar e transversal. **Os estudantes participam de experiências e vivências conectadas ao seu mundo real e presente, focadas em resolver situações existentes que surjam no seu dia a dia, proveniente de sua curiosidade e busca de aprendizagem tanto da realidade interna como do mundo externo. Os estudantes são apresentados a situações onde eles são o protagonista da construção do conhecimento através do movimento Maker. Movimento este que tem como objetivo possibilitar ao estudante, construir, consertar, modificar e fabricar os mais diversos tipos de objetos e projetos com suas próprias mãos** (PPP EBM 4, 2023, p. 17, grifo nosso).

Ao analisar o texto citado, pode-se concluir que o PPP da EBM 4 está em acordo com o Decreto nº 20.763/2019 e com as “Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro”. Identifica-se um interesse de oferecer uma educação em tempo integral que extrapola o simples “reforço escolar” – cujo objetivo é melhorar os resultados de avaliações de larga escala – e que se alinha com a perspectiva de Cavaliere (2007), quem alega que a jornada de tempo integral pode ser uma grande aliada no processo de formação dos sujeitos que fazem parte dessa sociedade complexa em que vivemos, desde que no interior dessas escolas ocorram experiências de compartilhamento de conhecimentos e reflexão.

Documentos educacionais e PPP: diálogos possíveis

Após a análise dos documentos, constatamos que há um descompasso na implementação do Decreto nº 20.763/2019 (Florianópolis, 2019a) e das “Orientações para as Escolas do Futuro” (Florianópolis, 2022a), pois duas escolas apresentam propostas bem alinhadas a essas políticas

educacionais, enquanto outras duas não. Assim, notamos a necessidade de promover ações que tragam um direcionamento para o trabalho que se pretende desenvolver, de modo a colocar em prática o que está estabelecido no art. 1º, § 3º: “As Escolas do Futuro desenvolverão um **projeto educacional inovador na perspectiva de um ensino híbrido com uso de metodologias ativas** para o desenvolvimento das aprendizagens” (Florianópolis, 2019a, grifo nosso).

Considerações finais

Neste artigo propomos uma análise de como as “Escolas do Futuro”, instituídas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis a partir do Decreto nº 20.763, de 7 de outubro de 2019, possibilitam a realização de práticas educativas inovadoras.

Para atingir tal objetivo, utilizamos a método da Análise de Conteúdo para os seguintes documentos educacionais: o Decreto nº 20.763/2019, que institui o modelo de unidade educativa “Escola do Futuro”; as “Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escola do Futuro”; e os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das quatro Escolas do Futuro do município.

Vale lembrar que este artigo analisa somente a categoria “Práticas educativas inovadoras”, mas que na pesquisa da qual ele é parte, outras duas categorias emergiram: “Educação (em tempo) Integral” e “Práticas Educativas **com e sobre** as Tecnologias Digitais”. Ao buscarmos identificar termos relacionados à categoria “Práticas educativas inovadoras”, constatamos que há uma relação entre essa categoria e a categoria “Práticas Educativas com e sobre Tecnologias Digitais”, ainda que em alguns PPP isso ocorra de forma indireta. Em dois PPP – da EBM 3 e da EBM 4 – apresenta-se propostas alinhadas às políticas educacionais expressas no Decreto nº 20.763/2019 e nas “Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escola do Futuro”, enquanto nos outros dois PPP não há a mesma aderência – EBM 1 e EBM 2.

A falta de discussões sobre a Cultura Digital em dois dos PPP analisados nos fez cogitar sobre a possibilidade de esse fato estar ligado à formação dos profissionais que trabalham nessas escolas, mas tal informação não foi possível de ser verificada, o que acabou nos revelando um dos limites desta pesquisa, que é de natureza documental. Nos documentos analisados não encontramos informações sobre a formação docente, especialmente a continuada, e isso nos ajudaria a compreender de que maneira a prefeitura está se organizando para contribuir para que o corpo docente possa desenvolver um “projeto educacional inovador” tal como está expresso no Decreto nº 20.763/2019 e nas “Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escola do Futuro”. A única informação que localizamos foi que cabe aos professores de área e ao articulador de projetos, entre outras coisas, “[...] frequentar os encontros de formação continuada, de caráter convocatório, e assessoramento pedagógico promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Educação Fundamental” (Florianópolis, 2022a, p. 18-19). Essa informação, no entanto,

não explica se tais formações se destinam a contribuir para que as profissionais possam “[...] inovar a prática pedagógica através de metodologias inclusivas para o desenvolvimento integral dos estudantes” (Florianópolis, 2022a, p. 18-19).

Sendo assim, parece-nos que realizar entrevistas com docentes, equipes de gestão escolar e representantes da Secretaria Municipal de Educação poderia ser uma estratégia eficaz para acessar outras informações que não foram encontradas nos documentos objetos de análise desta pesquisa.

Vale mencionar que a discussão sobre práticas educativas inovadoras parece estar ganhando mais espaço nas políticas educacionais criadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, tendo em vista a aprovação da Lei nº 10.915/2022, que dispõe sobre a Política de Inovação da Educação Municipal de Florianópolis. Essa lei, entre outras determinações, expressa, em seu art. 7º, que “[...] para as turmas de 8º e 9º ano do ensino básico serão realizadas atividades de preparação e incentivo às tarefas com ciência e tecnologia visando promover inscrições em cursos de ensino médio voltados às áreas de inovação e informática” (Florianópolis, 2022b, p. 2).

A formação voltada para o mercado de trabalho, no entanto, não é o único objetivo dessa lei, que prevê também o “[...] reforço de competências analíticas e críticas, por meio da promoção de projetos e práticas pedagógicas no domínio da lógica, algoritmos e programação, ética aplicada ao ambiente digital, letramento midiático na era digital e cidadania na era digital” (Florianópolis, 2022b, p. 1).

Diante dessas ações, notamos que a Prefeitura de Florianópolis está atuando para a formulação das políticas que promovam inovações no contexto escolar, contudo, consideramos que seja necessário o acompanhamento e a avaliação da implementação dessas políticas públicas, contando, para isso, com a participação de pesquisadores e profissionais do campo da educação, cujos conhecimentos teóricos e práticos contribuirão para que o foco das práticas educativas privilegie a “[...] formação humana integral e que tenha a emancipação como meta”, tal como está escrito no Decreto nº 20.763 (Florianópolis, 2019a, p. 2).

Sobre a divergência na implementação do Decreto nº 20.763/2019 e das “Orientações Para as Escolas do Futuro”, parece-nos apropriado que a Prefeitura de Florianópolis promova ações mais pontuais, que expressem de forma mais objetiva, um direcionamento para o trabalho que se pretende desenvolver. Do nosso ponto de vista, o investimento em formação continuada, tanto para o corpo docente, quanto para as equipes de supervisão e coordenação pedagógicas e de gestão escolar, seria um primeiro passo no caminho para a efetivação do modelo educacional proposto nos documentos de criação e implementação das Escolas do Futuro de Florianópolis.

Nesse sentido, consideramos importante ressaltar que a tarefa de promover mudanças na educação escolar não pode recair somente sobre os ombros de docentes, mas sim deve ser assumida

por todas as pessoas que fazem parte desse campo. Ela deve envolver, sobretudo, a criação de políticas públicas que garantam as condições necessárias para que essas mudanças possam ser desenvolvidas. Políticas públicas, que ao nosso ver, precisam ser planejadas de modo a assegurar a efetividade de suas ações e que demandam o envolvimento de pesquisadores e profissionais que atuam no campo da Educação, cuja experiência e estudos na temática poderão contribuir para avaliar os diversos fatores implicados na questão.

Esperamos que as discussões apresentadas neste artigo possam incentivar novas reflexões e pesquisas sobre a promoção de práticas educativas inovadoras, nas quais as tecnologias digitais possam ser vistas como aliadas no processo de formação de cidadãos e cidadãs que compõem a sociedade contemporânea.

Referências

BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições70, 1995.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499-521, maio./ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n2p499>. Acesso em: 30 de set. 2023.

BORGES, Martha Kaschny. Educação e cibercultura: perspectivas para a emergência de novos paradigmas educacionais. In: VALLEJO, Antonio Pantoja; ZWIEREWICZ, Marlene (Orgs.). **Sociedade da informação, educação digital e inclusão**. Florianópolis: Insular, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso: 01 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9204.htm. Acesso em: 20 jul. 2026.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VMNgFmGk5vW4dyYZ7796WzH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em nov. 2023.

DUARTE, Newton. **Vygotsky e o "aprender a aprender": crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 20.763, de 07 de outubro de 2019**. Institui na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis o Modelo de Unidade Educativa denominado "Escola Do Futuro". Florianópolis: 2019a. Disponível em: <https://leis.org/municipais/sc/florianopolis/lei/decreto/2019/20763/decreto-n-20763-2019-fica-instituido-na-rede-municipal-de-ensino-de-florianopolis-o-modelo-de-unidade-educativa-denominado-escola-do>. Acesso em 26 jun. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Resolução nº 01/2019**. Fixa normas e diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e Regimento das Instituições de Educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis. Florianópolis: 2019b. Conselho Municipal de Educação, 2019b Disponível em

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_05_2020_17.48.41.f2be336b5b686f63d3a8b3999a93aebe.pdf. Acesso 26 jun. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Mais de 2 mil estudantes têm jornada escolar em tempo integral pela PMF**: seminário debate o assunto até esta sexta-feira. Florianópolis: PMF: SME, 14 mar. 2019c. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=20540>. Acesso em 09 maio 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 10.915, de 14 de setembro de 2022**. Cria a política municipal de inovação na educação municipal de Florianópolis. Florianópolis: 2022b. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2022/1092/10915/lei-ordinaria-n-10915-2022-cria-a-politica-municipal-de-inovacao-na-educacao-municipal-de-florianopolis>. Acesso 26 jul. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro**. Florianópolis: PMF/SME/DEF, 2022a.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2025**: resumo técnico. Brasília, DF : Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2025.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.

JOHN DEWEY: Pedagogo e filósofo norte-americano. Ebiografia, atualizado em 23 mar. 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/john_dewey/. Acesso em: 10 jul .2026.

LIMA, Ana Maria Pereira. Uma análise crítica dos documentos oficiais que prescrevem o trabalho do professor. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 12, n. 1/2, p. 126–137, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11442>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PISCHETOLA, Magda; MIRANDA, Lyana Thédiga de. Metodologias ativas: uma solução simples para um problema complexo? **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 30-56, fev. 2019. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/5822/47965983> . Acesso em: 07 ago. 2026.

PISCHETOLA, Magda; MIRANDA, Lyana Thédiga de. **A sala de aula como ecossistema**: tecnologias, complexidade e novos olhares para a educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. **Em Aberto**, Brasília, v. 35, p. 141-163, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i113.5085>. Acesso em: 01 jun. 2024.

REDAÇÃO ND. **Com Escolas do Futuro, Florianópolis vira referência nacional na Educação**. Nd+, Florianópolis, 29 fev. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/com-escolas-do-futuro-florianopolis-vira-referencia-nacional-na-educacao/>. Acesso em: 07 ago. 2026.

VALENTE, José Armando. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.